



Prefeitura Municipal de Cristal / RS

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

Lei n.º 1464 – de 23 de agosto de 2018.

Concede incorporação de regime suplementar para professores e profissionais de educação, altera redação da Lei nº 1301/2013 e dá outras providências.

Enfª Fábria Richter, Prefeita Municipal de Cristal, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, em especial o art. 54, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º O professor ou profissional de educação convocado para trabalhar em regime suplementar, nos termos dos arts. 27, §§ 1º a 5º e art. 28, da Lei nº 837/2004, que estabelece o plano de carreira do magistério municipal, terá direito a incorporação desta vantagem aos vencimentos nos índices e condições especificadas.

Parágrafo único - A incorporação do regime suplementar terá lugar após despacho favorável do(a) Prefeito(a) e da Assessoria Jurídica do Município, em requerimento discriminado do servidor, através da Secretaria Municipal de Educação, desde que haja designação por Portaria e percebimento da vantagem, devidamente certificada pelo setor de Recursos Humanos.

Art. 2º O regime suplementar será incorporado aos vencimentos do professor em atividade, que o tenha desempenhado pelo período de 90 a 180 meses, ininterruptos ou intercalados, e desde que haja disponibilidade do servidor para permanecer exercendo a atividade em regime suplementar de horário.

§ 1º No caso do professor ou profissional de educação ter regime suplementar de 10 e 20 horas em seu período aquisitivo, o percentual de incorporação será obtido através de cálculo da média ponderada do período.

§ 2º A incorporação do regime suplementar implica no exercício da carga horária suplementar em caráter definitivo no exercício da sua atividade funcional e exige um interstício de tempo mínimo de 06 meses entre a incorporação e a inativação.

§ 3º A disponibilidade para exercer o regime suplementar deverá ser expressa pelo professor ou profissional de educação através de termo de ajuste de carga horária firmado junto à Secretaria de Administração e Recursos Humanos.



Prefeitura Municipal de Cristal / RS

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

Art. 3º A incorporação do regime suplementar será concedida uma única vez e se dará nos percentuais abaixo identificados:

Percentual de Incorporação	Tempo de exercício (meses)
50%	90 meses
60%	108 meses
70%	126 meses
80%	144 meses
90%	162 meses
100%	180 meses

Art. 4º. Ficam instituídos os parágrafos 1º e 2º do artigo 3º da Lei 1.301/2013, com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

Parágrafo 1º: Exclusivamente no ano de 2019, a Unidade de Referência do Magistério – URM-M terá reajuste no mesmo índice percentual e na mesma data do reajuste da Unidade de Referência Municipal-Geral/URM-G.

Parágrafo 2º: Nesse período, nenhum professor da rede municipal de ensino poderá perceber, a título de vencimento, valor inferior ao piso nacional. Caso isso aconteça, seu vencimento será complementado até o valor do piso estabelecido.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete da Prefeita Municipal de Cristal,
23 de agosto de 2018.**

**Enf. FÁBIA RICHTER,
Prefeita Municipal**

Registre-se e publique-se

**ALEXANDRE GOLDBECK
Secretário Municipal – SMARH**